

AS VÁRIAS DIMENSÕES DA CRISE MUNDIAL: TENDÊNCIAS GERAIS

Eduardo Barros Mariutti*

Resumo: O intuito básico deste artigo é apresentar um quadro sintético das grandes linhas de força que moldaram a conjuntura que se seguiu à eclosão da crise econômica geral, deflagrada em 2007 e definitivamente consolidada em 2008. O centro da análise repousa nas características peculiares da preponderância dos EUA, conjugadas às tensões no interior da sociedade americana e seus efeitos sobre a economia política internacional. Para tanto, o artigo discute: i) os fundamentos militares do poder internacional dos EUA; ii) a simbiose entre as bases militares e o poder financeiro dos EUA, que se intensificou desde 1970; iii) o impacto que esta articulação exerceu sobre a sociedade estadunidense; iv) as contradições inerentes a esse modelo, e suas implicações para a governança internacional.

Palavras-chave: Crise mundial. Forças armadas. Capitalismo. Democracia.

1 Introdução

A consolidação das instituições democráticas está intimamente associada à efetividade de um grau mínimo de desenvolvimento econômico e estabilidade política. Este, por sua vez, depende de dois conjuntos de determinações distintos, porém interligados. De um lado, situa-se o que poderíamos denominar *determinações externas* que, grosso modo, envolvem a dinâmica do equilíbrio de poder entre os países dominantes, a natureza da arquitetura financeira internacional e os padrões da concorrência entre as grandes corporações. De outro, situam-se as *determinações internas*, cuja expressão principal é a correlação de

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp. Este artigo é parte de uma pesquisa financiada pelo PNPd do IPEA.

forças político-econômicas que, em grande medida, determina o grau de abertura comercial e financeira, bem como as formas de distribuição de renda, as condições da concorrência capitalista, o peso específico e o grau de coordenação do poder público sobre a economia nacional. Em suma: a estrutura da economia política internacional *determina os limites gerais do desenvolvimento econômico*, bem como delimita o raio político de manobra dos Estados tomados individualmente. Contudo, para analisar uma unidade nacional, o aspecto decisivo repousa *na forma da sua articulação* com o sistema internacional, na qual se sobrepõe o peso dos arranjos internos.

2 Os fundamentos do poder dos EUA

A ordem política e econômica atual repousa em duas bases interligadas. Um de seus fundamentos é uma distribuição do poder militar essencialmente assimétrica que, a despeito da redução relativa do seu poder econômico, confere uma influência política extraordinária aos Estados Unidos (ANDERSON, 2002; GOWAN, 2009). Até o momento, apesar das agitações superficiais, em sua essência, a configuração vigente da correlação de forças não está sendo seriamente contestada por nenhum Estado ou bloco de Estados e o segredo desta vitalidade é a sinergia entre o poder militar e o poder financeiro dos EUA, uma relação sempre tensa, mas que, no fim das contas, se manifestou durante toda a sua história mais recente. Isso ocorre porque, como veremos, embora a causalidade não seja *direta*, há uma clara interpenetração entre a postura militar estadunidense e os arranjos financeiros impostos pelos EUA, particularmente depois de 1973. Ambas as dimensões, na realidade, formam um mecanismo de retroalimentação. A capacidade de investir pesadamente em armamentos sofisticados¹ *sem constrangimentos externos significativos*

¹ Até o momento, ao contrário do que foi profetizado na década de 1980 (KENNEDY, 1989, p. 488-498; WALLERSTEIN, 1980, p. 38 e segs.), o dispêndio militar não comprometeu a economia dos EUA (GOWAN, 2004, p. 480-482; FORDHAN, 2007, p. 395-397). Na verdade, de forma indireta, a corrida armamentista *deu um forte impulso ao sistema de inovação dos EUA*, principalmente ao promover uma sólida articulação entre sua rede universitária, os laboratórios das grandes empresas e das instituições militares (MEDEIROS, 2004). Além disto, desde a Guerra Fria, o orçamento da

depende da centralidade de Wall Street e dos títulos públicos americanos na alta finança internacional. Esta, por sua vez, por penetrar no interior das diversas sociedades civis, ajuda a sustentar, de dentro para fora, o *status quo* da política internacional. No entanto, o agravamento das tensões sociais nos países do centro e da semiperiferia é uma ameaça à continuidade desta forma de articulação. É precisamente nesse sentido que a crise financeira atual², com seus prolongamentos sobre a *economia real*, se não for revertida, pode agravar ainda mais as agitações sociais e comprometer toda a estrutura de dominação financeira e militar cristalizada em Washington e Wall Street.

Para compreender essa articulação é necessário fazer um breve

defesa foi um dos meios utilizados por Washington para reabilitar e, se necessário, exercer algum grau de controle político sobre as empresas americanas: “O poder distributivo do dispêndio militar é tanto uma causa como uma consequência das divisões sobre a política de segurança nacional. A preferência da administração Truman por forças convencionais para elevar a segurança dos aliados dos EUA na Europa Ocidental e o Japão, bem como a necessidade de lutar a guerra da Coreia, tendeu a beneficiar o Nordeste. A busca da administração Eisenhower por uma estratégia alternativa menos dispendiosa resultou na ênfase das forças estratégicas e armas nucleares. Isto tendeu também a beneficiar o Oeste e o Sul (...). Neste sentido, a política dirigiu as decisões de dispêndio e determinou suas consequências distributivas” (FORDHAN, 2007, p. 396).

² A crise financeira ressuscitou o debate entre os declinistas – que profetizam o colapso do Império americano – e os renovacionistas, que acreditam na perenidade da preponderância de Washington. É importante notar que, da perspectiva das finanças, a linha divisória entre as correntes envolve a ênfase em funções diferentes da moeda internacional. Os renovacionistas tendem a privilegiar a centralidade do dólar como *meio de troca e unidade de conta* nas transações internacionais: logo, a força dos EUA estaria, exatamente, na interdependência comercial, financeira e produtiva que ainda tem como epicentro o dólar (e, por extensão, a centralidade do dólar depende, sobretudo, das decisões tomadas pelos principais *atores econômicos*). Logo, as questões ligadas à dimensão geopolítica são relegadas ao segundo plano. Os declinistas, por sua vez, centram a sua análise na função de *reserva de valor* do dólar: a sua corrosão encoraja a diversificação das divisas, fato que implicaria na elevação dos constrangimentos internacionais à capacidade de financiar o orçamento militar e fomentar artificialmente o dinamismo da economia dos EUA. Aqui, ao contrário dos renovacionistas, os elementos geopolíticos são preponderantes na definição da ordem internacional (HELLEINER; KIRSHNER, 2009, p. 3-6; 15-17). Assim, a linha divisória envolve também uma discussão sobre a natureza da ordem internacional: isto é, se o florescimento de transações econômicas internacionais *deriva primariamente* de uma configuração estável do equilíbrio de poder ou, contrariamente, se os laços econômicos transnacionais é que sustentam a cooperação – ou, pelo menos, a inexistência de conflitos severos – no plano político-militar.

retrospecto da evolução do poder militar dos EUA. O mecanismo básico de contenção nuclear na Guerra Fria era aparentemente paradoxal: por conta da bipolaridade, o seu funcionamento dependia da inexistência de impedimentos físicos ao uso das armas nucleares por parte das duas superpotências. Em outros termos: a vulnerabilidade recíproca era a sua verdadeira base. A dissuasão era mantida exatamente porque o inimigo, se agredido com armas nucleares, seria capaz de responder devastadoramente. Tudo dependia, portanto, de um mínimo equilíbrio em “meios de destruição” (MEARSHEIMER, 2003, p. 128-137; SHEEHAN, 1996, p. 171-176). É importante notar que a capacidade de destruição (número e potência das ogivas) não era a única variável importante: o vetor era igualmente decisivo. Desse modo, a corrida armamentista envolvia não só produzir mais megatons, mas, também, aperfeiçoar e, sobretudo, *variar* os meios de lançamento³. Assim, depois do rompimento do monopólio nuclear estadunidense para garantir os meios de dissuasão, era fundamental deter uma ampla capacidade de destruição nos três meios de lançamento: terra-terra (mísseis balísticos armazenados em silos e plataformas móveis); ar-terra (os bombardeiros e caça-bombardeiros) e mar-terra (navios e submarinos). Se o inimigo conseguisse inventar um dispositivo capaz de deter um tipo de ataque (ou até dois), a dissuasão estaria mantida e, com o tempo, seria possível desenvolver uma forma de burlar (ou emular) o sistema defensivo adversário.

Assim, tal como a variação nos meios de lançamento, a dispersão das armas nucleares era, também, um elemento essencial na garantia da dissuasão. O motivo é evidente: a concentração das armas permitiria ao inimigo um ataque sincronizado que, se bem sucedido, garantir-lhe-ia a primazia nuclear. Nesse caso, o first-strike decidiria a contenda em favor do agressor. Assim, o custoso processo de movimentar boa parte do arsenal nuclear (amparado por defesas munidas de armamento

³ Na fase inicial, quando os americanos ainda detinham o monopólio nuclear, os bombardeiros representavam a única forma de lançamento. Logo, para poder usar ogivas, era necessário deter superioridade aérea. A Rússia (que ainda era uma potência aliada) provavelmente podia deter os B-29 americanos. O Japão seguramente não. Logo, a ausência da capacidade de retaliação nuclear e a superioridade aérea americana tornaram possível o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki e desencorajaram qualquer ataque à Rússia (FREEDMAN, 1986, p. 736-737). Esse cenário fortaleceu as demandas da Força Aérea para investir maciçamente em uma nova geração de bombardeiros, capazes de atingir Moscou.

convencional) constantemente por ar, mar e terra tornou-se um elemento fundamental. O mesmo pode se dizer dos serviços de inteligência e vigilância. Com um sistema nuclear difuso e descentralizado, a probabilidade de sobreviver a tempo de lançar uma retaliação devastadora é muito maior. Embora seja capaz de evitar a guerra nuclear pela ameaça da autodestruição, esta situação configura um dilema de segurança: cada medida tomada por um lado para melhorar sua posição *defensiva* – que, nos termos da Guerra Fria, significa uma capacidade de contra-ataque fulminante – pode ser percebida pelo rival como uma provocação ou ameaça. Logo, este clima gera uma espiral ascendente nos gastos militares que só tem como constrangimento os limites tecnológicos e econômicos que, inclusive, precisam ser continuamente transpostos (cf. BIDDLE, 2007, p. 153). Assim, a *auri sacra fames* ganhou um importante apoio para acelerar a acumulação de capital: uma corrida armamentista virtualmente incessante que, por conta da peculiaridade do dispêndio militar na Guerra Fria, pressionava constantemente as contas públicas e externalizava recursos para o setor privado.

Foi exatamente este tipo de dispêndio – a presença militar global e a luta desesperada para manter a paridade em meios de destruição – que a URSS começou a ter dificuldade de arcar. E isso, em grande medida, ocorreu porque Moscou não tinha a seu dispor um sistema comercial e financeiro apto a transmitir, de forma eficaz, o custo da corrida armamentista para seus aliados. No entanto, o colapso do Bloco Soviético e a desintegração parcial da Rússia não eliminaram totalmente a sua capacidade militar. O resultado prático disto foi o confinamento de Moscou a um espaço geopolítico muito mais exíguo: a Eurásia. Isso ajuda a esclarecer diversas tendências recentes. A mais evidente é o aquecimento da temperatura política nesta região, o que, por sua vez, favoreceu o transbordamento das tensões para a África e, colateralmente, elevou o peso geopolítico da China e da Índia. A retração da esfera de influência russa tornou possível definir a política americana sobre um novo eixo: o monopólio da projeção global de poder de destruição à distância, amparada por um redimensionamento das forças armadas, baseadas em recursos tecnológicos de ponta, com unidades menores que, supostamente, por serem mais bem treinadas e capazes de utilizar equipamentos sofisticados, seriam, a princípio, mais eficazes e polivalentes. Esta reorganização das forças armadas foi estimulada ainda

mais durante o governo George Bush, alicerçada na ideia de que este novo tipo de soldado pressupõe um novo tipo de guerra, isto é, guerras com o objetivo de *mudar regimes*⁴. Trata-se, evidentemente, de um eufemismo: mudar *regimes* significa, na prática, pacificar as zonas turbulentas com potencial de desestabilizar a economia mundial ou, até mesmo, incursões militares destinadas a abrir zonas hostis aos investimentos dos países centrais, comandados por Washington. Tragicamente, a administração de Barack Obama não parece capaz de alterar significativamente este padrão de organização militar e de pressão diplomática⁵.

A *Guerra Tecnológica*, na realidade, corresponde também a um atributo específico da sociedade americana, que remonta à *síndrome do Vietnã*: a recusa da população a se submeter à conscrição – as forças armadas estadunidenses, desde o fim desta guerra, são compostas apenas por voluntários – e a sofrer baixas em grande escala. Essa pequena tolerância às baixas tem sido contornada pelos EUA de duas maneiras: 1) a crescente privatização da Guerra, fato que reabilitou socialmente os mercenários e abriu uma nova frente para o investimento privado, consubstanciado principalmente nas *Private Security Companies* (PSC) e,

⁴ Em abril de 2003, logo após a conquista de Bagdá, enquanto ainda acreditava que o fim da guerra era iminente, o então presidente George W. Bush declarou peremptoriamente: “Nós aplicamos os novos poderes da tecnologia (...) para atingir uma força inimiga com uma velocidade e precisão incríveis. Mediante uma combinação entre estratégias criativas e tecnologias avançadas, estamos definindo a guerra em nossos próprios termos. Nesta nova era de belicosidade, nós podemos atingir um regime, e não uma nação.” (apud BACEVICH, 2009, p. 127). O fato é que mudar um regime não se mostrou uma tarefa tão fácil, principalmente se levarmos em conta o transbordamento das tensões para o conjunto do Oriente Médio e a redefinição da correlação de forças em uma região cada vez mais tensa e distante do modelo esperado pelos estrategistas de Washington. O resultado líquido até agora foi totalmente adverso, pois *reforçou* o poder da Rússia e da China na Eurásia (KOLKO, 2006, p. 98-104; 120-124), bem como fortaleceu o poder do Irã (KAGAN, 2008, p. 46 e segs.).

⁵ O ponto importante a destacar é que o comportamento político recente dos EUA não é excepcional. Curiosamente, para tentar ressuscitar o patriotismo nos EUA e salvar a pele de Bush, John Lewis Gaddis (2004) argumentou que o unilateralismo (conjugado ou não ao expansionismo), as guerras de preempção e a intervenção para alterar regimes representam uma *longa tradição americana*, que pode ser identificada em John Quincy Adams (que, inclusive, chegou a *teorizar* sobre a importância da preempção para garantir a segurança dos EUA (GADDIS, 2004, p. 10-16), Andrew Jackson, James Polk, William McKinley, Ted Roosevelt e Woodrow Wilson.

em menor medida, nas *Private Military Companies* (PMC)⁶; 2) a reabilitação da conquista da cidadania pela Guerra: os *Green Card Soldiers*, geralmente hispânicos, que lutam pelo exército americano (ou ex-presidiários, que se alistam para limpar os registros criminais). Evidentemente, estas medidas são paliativas, pois dificilmente podem sustentar grandes ambições geopolíticas. A “guerra tecnológica” só funciona para fins de intimidação ou, para usar o termo mais apropriado, como tática de terrorismo de Estado (CHOMSKY, 2002, p. 17; GEORGE, 1991), isto é, com o objetivo de sustentar, pela chantagem, um regime financeiro e político extremante favorável aos EUA. Mesmo com base nas tecnologias de ataque remoto, a *ocupação* de territórios ou o enfrentamento de inimigos mais poderosos, com sistemas sofisticados de defesa antiaérea exige uma infantaria volumosa e, portanto, um elevado índice de baixas. Exatamente por conta disto, os alvos dos EUA desde a década de 1970 são sempre Estados militarmente insignificantes. Nenhuma pessoa sensata pode acreditar que o Iraque de Saddam Hussein, por exemplo, representava uma ameaça global. O mesmo podemos dizer do Irã, Coreia do Norte e de todos os membros do “eixo do mal”, atores envolvidos a contragosto no micromilitarismo teatral encenado por Washington para tentar provar que os EUA são realmente

⁶ A distinção entre estas duas organizações é bastante sutil. As PSC têm como função prioritária oferecer os seguintes serviços: i) apoio *logístico simples* (comida e lavanderia para as tropas regulares, assim como limpeza e manutenção das bases militares); ii) *treinamento, inteligência e apoio tático* (sem envolvimento no conflito: operação, suporte e manutenção de equipamentos militares e, até mesmo, interrogação de prisioneiros) e iii) *policiamento e segurança* de bases militares, instalações (militares ou privadas) e comboios. Esta é a atividade mais demandada no Afeganistão e no Iraque e a única a envolver eventualmente conflitos armados. As PMC por sua vez, além dos serviços descritos, *são especializadas em combate*: são, portanto, mais claramente definíveis como organizações de mercenários e suscetíveis a condenações de cunho moral (PERCY, 2007, p. 225-226; AVANT, 2005, cap. 6). Na década de 1990, havia uma nítida preponderância das PMC, atuando principalmente na África como “apoio” para as mineradoras de diamantes e recursos naturais valiosos (as duas corporações mais emblemáticas, a *Executive Outcomes* e *Sandline* encerraram suas atividades em 1999 e 2004, respectivamente). Contudo, a situação mudou após a Guerra do Afeganistão e do Iraque: a presença efetiva do exército americano deslocou as PMC, ampliando a demanda por PSC (tais como a *Blackwater* e a *DynCorp*), cujo número de “funcionários” operando no Oriente Médio pode chegar a 100.000 (PERCY, 2007, p. 225). Essa diferença, contudo, é principalmente cosmética: a ênfase na distinção advém dos donos das empresas e seus associados, que querem fugir da alcunha de mercenários.

uma nação indispensável (TODD, 2003, p. 31-33; 159-160).

Estas transformações, por sua vez, expressam um novo conjunto de contradições. A primeira delas é que, paradoxalmente, por conta da grande capacidade de destruição remota, dificilmente os EUA podem ser militarmente contestados pelos Estados mais poderosos. Porém, ao mesmo tempo, dado o imbricamento entre o poder militar e poder financeiro dos EUA, Washington não pode engendrar operações militares contra esses Estados, pois esta linha de ação destruiria completamente o *status quo* do qual os americanos são os principais beneficiados. Logo, as suas ações militares envolvem cada vez mais alvos com pouco poder bélico, mas que, exatamente por isto, são menos vulneráveis à tecnologia. Contra os supostos terroristas, o ato de destruir a infraestrutura do país hospedeiro parece *agravar* o problema, pois eleva a dispersão geográfica das células terroristas e favorece o recrutamento de novos membros. Assim,

a ironia da superioridade militar americana é que ela torna a nação mais propensa a se ver envolvida em guerras não convencionais onde sua força militar intensiva em capital é pouco adequada. Os demais Estados são pouco capazes de desafiar os EUA com forças militares convencionais, mas as forças de guerrilha como as que lutam no Iraque e no Afeganistão não são fáceis de conter. Estes conflitos sugerem que a superioridade tecnológica nem sempre é um bom substituto para mais tropas no solo, e que forças guerrilheiras podem gerar danos consideráveis a uma força tecnologicamente superior (FORDHAN, 2007, p. 398).

O fato é que na *luta contra o terrorismo* os alvos não são facilmente identificáveis, a ponto de a própria administração Bush ter enfatizado recorrentemente que “o inimigo pode ser qualquer um e estar em todo lugar”. Mas as guerras são travadas no terreno do inimigo que, por conta disto, pode recorrer a táticas de guerrilha, explorando o elemento surpresa e usando armas rudimentares (cf. KOLKO, 2006, p. 108) das quais as mais comuns são as bombas caseiras⁷ (*Improvised Explosive Devices*, na terminologia oficial do Departamento de Defesa) responsáveis por cerca

⁷ Estes explosivos podem ser construídos tanto com artefatos militares como com material de uso civil (bombas baseadas em fertilizantes, combustível etc.). Geralmente são de difícil detecção e produzem danos consideráveis, mesmo contra soldados bem treinados e equipados.

de 60% das mortes dos soldados americanos na Guerra do Iraque e em torno de 70% no Afeganistão. Trata-se, portanto, de uma forma extremamente barata de produzir baixas em um exército extremamente caro e bem equipado (BACEVICH, 2009, p. 158-159). Para tentar minorar a letalidade de seus cidadãos no campo de batalha, o expediente mais usado pelos EUA em suas intervenções no terceiro-mundo envolve o apoio oportunista a alguma facção local com interesses antagônicos ao do *inimigo*. Mas o oportunismo opera nos dois sentidos: quando as circunstâncias mudam – e muitas vezes isso ocorre pelo próprio sucesso da aliança com Washington – a orientação do ex-aliado pode mudar. Saddam Hussein representa um dos casos mais clássicos deste tipo de *blowback*, ofuscado apenas pelo Al Qaeda (JOHNSON, 2010, p. 13-26).

Quanto à segunda contradição, Andrew Bacevich (2009) expressa nos seguintes termos: o consumismo desenfreado é uma das liberdades mais celebradas nos EUA. O usufruto desta *liberdade* intensifica o uso de recursos produzidos no exterior (petróleo, alimentos, manufaturados etc.), fato que, *nas condições vigentes*, enreda ainda mais o militarismo⁸. No entanto, entre lutar em zonas inóspitas e passear no

⁸ Não é possível estabelecer uma relação de causalidade *direta* entre consumismo e o *novo* militarismo. Contudo, há uma conexão entre os dois fenômenos, principalmente do ponto de vista da segurança energética. Este vínculo foi consolidado no Governo Reagan, que retirou do horizonte político a tarefa de reduzir a dependência de petróleo do Oriente Médio (a cartada desesperada de Carter para tentar um segundo mandato, que fracassou). Encorajar o consumo conspícuo, reduzir os impostos e elevar o dispêndio militar aprofundou simultaneamente o envolvimento dos EUA no “vórtex do mundo islâmico” e consolidou de vez a tendência ao fomento da economia nacional pelo endividamento (BACEVICH, 2009, p. 44; 48-49). Assim, quanto maior a tendência ao consumismo dos cidadãos americanos, *maior a extroversão de sua economia* (prioritariamente por conta das redes de produção transnacional) e, portanto, maior a tendência à deterioração da balança comercial. A manutenção deste padrão *exige* a preservação do dólar como a moeda reserva internacional em caráter fiduciário (e a atratividade dos serviços financeiros dos EUA), assim como o *acesso barato e constante às commodities e recursos estratégicos situados no exterior*. Aqui o papel do militarismo é decisivo: primeiro, para garantir a adesão dos estados centrais às instituições e regimes impostos *predominantemente* por Washington, e, em segundo lugar, para assegurar o acesso coletivo dos países desenvolvidos aos recursos estratégicos situados na periferia. As intervenções militares ocorrem apenas na periferia, em duas situações: nos momentos em que as forças sociais associadas à ordem americana entram em crise ou então quando Washington decide que os custos para promover uma “mudança de regime” são menores que os benefícios esperados.

Shopping Center, os americanos tendem a escolher a segunda opção (muito mais sensata, por sinal)⁹. Isto acentua o problema da falta de soldados, que obriga Washington a recorrer aos precários expedientes anteriormente citados (mercenários, *green card soldiers*, associação com *warlords* etc.) para as operações com maior risco de baixas. Os conflitos endêmicos no plano internacional exacerbam as tensões sociais internas, fato que *acentua* um expediente típico da Guerra Fria: o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do Congresso e da Constituição, bem como ofusca a fronteira entre a dimensão pública – isto é, os milionários contratos públicos – e a privada. Assim, somente a riqueza, a expansão política e/ou uma ameaça *global* digna de crédito é capaz de manter unidade uma sociedade tendencialmente anômica. Esta ideia tem sido sustentada por autores de diversas orientações ideológicas. Para citar alguns exemplos, Michael Mann (2006), ao criticar a “esquizofrenia política” estadunidense chega, por outras vias, ao mesmo diagnóstico. O recém-falecido Chalmers Johnson (2010, p. 29-39; 52-63), de forma quase obsessiva, aponta a conexão entre as crescentes tensões *internas* nos EUA derivadas desta forma de atuação internacional, que, em seu julgamento, ameaçam destruir a democracia. Até aqui, tratamos da evolução da esfera político-militar como se ela fosse dotada de autonomia. É o momento de regredir um pouco no tempo e analisar este mesmo período sob outra ótica: a do movimento *geral* da economia após a desagregação de Bretton Woods, ressaltando o papel central desempenhado pelos EUA na construção da atual ordem financeira.

3 A crescente articulação entre Washington e Wall Street: as bases da finalização

No conturbado início da década de 1970, o alvo direto da nova política de Nixon não era a URSS, mas sim os seus principais aliados-rivais: a Europa Ocidental e o Japão. O unilateralismo agressivo dos EUA, contudo, acabou acelerando um conjunto de tendências que

⁹ "Aqui reside o grande paradoxo de nossa época: enquanto a defesa da liberdade americana aparentemente demanda que as tropas dos EUA lutem em lugares como o Iraque e o Afeganistão, o exercício desta liberdade em casa corrompe a capacidade de a nação lutar. Um grande bazar proporciona uma base inadequada para erigir um vasto império" (BACEVICH, 2009, p. 11).

produziu uma *nova estrutura* monetária e financeira, a qual Peter Gowan, (2003) denominou *Regime Dólar Wall Street* (R.D.W.S.), um *regime de acumulação* que repousa na preponderância militar dos EUA, na centralidade do dólar como moeda internacional e tem como objetivo fundamental manter inalterada a estrutura básica da divisão internacional da produção (a preponderância da tríade, com a dominância dos EUA), o primado das finanças e da reprodução do capital em geral em detrimento do trabalho. (cf. GOWAN, 2003). O fato é que, a despeito das eventuais acusações de unilateralismo, as *vítimas* do açoite americano, paulatinamente, foram se juntando ao agressor, ao perceberem que a nova ordem internacional em gestação poderia servir aos seus novos interesses, em alguns pontos precisos: a primazia do capital financeiro, a centralidade da alta tecnologia na concorrência internacional, a consolidação dos direitos de propriedade, a promoção da estabilidade política entre as grandes potências e, essencialmente, uma ordem social crescentemente plutocrática¹⁰, alicerçada na *riqueza patrimonial*.

Antes de caracterizar com mais detalhes os contornos deste novo regime de acumulação, é importante destacar os seus sustentáculos. A *base produtiva* para a convergência entre os interesses dos países centrais foi construída em duas etapas. A primeira, situada entre 1950 e 70, com o ciclo de internacionalização da produção baseado no Investimento Externo Direto em um ambiente *extremamente competitivo* (percebido na época como a luta entre o capitalismo americano, alemão e japonês). Este primeiro movimento elevou a interpenetração produtiva e patrimonial no mundo desenvolvido¹¹ e transformou os padrões do

¹⁰ “Com as eleições de Margareth Thatcher em 1979 e de Helmut Kohl em 1982, a decisão norte-americana [de liberalizar as contas de capitais e disciplinar as forças de esquerda] encontrou o respaldo das forças conservadoras inglesas e alemãs para sustentar sua retomada hegemônica e iniciar uma das ‘restaurações conservadoras’ mais extensas e radicais da história moderna, companheira inseparável da ‘revolução financeira global’ liberada definitivamente pelas políticas de desregulamentação e deflação dos novos governos conservadores. A partir deste momento, como num ‘efeito dominó’, todos os demais países industrializados foram adotando sucessivamente as mesmas políticas, mesmo no caso dos governos social-democratas e socialistas” (FIORI, 1998, p. 115).

¹¹ O ponto de partida deste movimento foi o grande fluxo de investimentos diretos das empresas estadunidenses para a Europa nos anos 50, com o objetivo de flanquear a rede de proteção para os trabalhadores nacionais em construção e, simultaneamente, furar o protecionismo europeu – tolerado por Washington por razões estratégicas. A

comércio internacional, que passou a se concentrar nas operações intrafirmas e, predominantemente, no âmbito dos países centrais (cf. COUTINHO, 1995). O passo seguinte envolveu a transformação nas formas de gestão e na *transnacionalização efetiva* do processo produtivo¹², que dependeu das tecnologias da informação e da automação típicas da Terceira Revolução Industrial, bem como das transformações na estrutura financeira mundial.

Mas o efeito mais importante deste conjunto de transformações foi o *reforço* da propriedade capitalista, isto é, o predomínio e generalização da *lógica patrimonial* sobre os diversos atores econômicos e nas demais esferas da economia (cf. BELLUZZO, 1998, p. 191; CARNEIRO, 2007, p. 2-4; 13-14); fato que favorece a predominância da forma máxima do capital como pura propriedade, isto é, o juro sobre o dinheiro (BRAGA, 2000, p. 275). Este conjunto de transformações consubstanciou um *novo tipo* de capitalismo financeiro, que é a expressão de um *novo padrão sistêmico da riqueza*:

trata-se de um padrão **sistêmico** porque está constituído por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou

resposta europeia foi, inicialmente, investir em mercados periféricos emergentes na Ásia e América Latina, movimento emulado pelos EUA. O resultado final disto foi a *ampliação do espaço da concorrência capitalista*. O segundo movimento, contudo, é mais importante: as empresas europeias penetram no mercado americano, entrelaçando o patrimônio e possibilitando uma crescente convergência de interesses, aos quais os japoneses juntam-se, já na década de 1980. A condução do processo, contudo, coube às empresas estadunidenses, que, entre 1950 e 70, através de uma política agressiva de internacionalização, *se apoderaram do controle de vastos setores das economias estrangeiras* (cf. GILPIN, 1975, p. 11 e segs).

¹² Refiro-me, neste caso, à generalização da “empresa-rede” que, partindo dos centros fundados nas operações financeiras e no setor de P&D (a famigerada especialização no “core business”), cria uma rede produtiva transacional baseada na crescente *terceirização* e fragmentação das demais funções da produção. Essa é uma forma radicalmente nova de IED, pois, além de permitir novas formas de controle das matrizes (as especificações técnicas e o desmembramento espacial das fases da produção), *reduz* o efeito multiplicador nas economias hospedeiras (essa redução é fruto da própria fragmentação da cadeia produtiva, nítida se comparada às plantas dos anos 50 e 60, que reproduziam as matrizes e, desse modo, criavam uma rede nacional de fornecedores que dinamizava muito mais os investimentos no interior do país hospedeiro).

setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificado a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado (BRAGA, 2000, p. 270).

Em suma, a intensificação da separação entre gestão e propriedade reforçou a financeirização e, simultaneamente, o poder das classes dirigentes. A revolução nas comunicações mesclou-se com a transformação na gestão das corporações e, desse modo, restaurou os níveis de rentabilidade. Por fim, o numeroso corpo burocrático associado à grande empresa – um número gigantesco de assalariados, de diversas competências – ajudou a alastrar pela sociedade civil os princípios do neoliberalismo¹³.

A produção transnacional trouxe uma nova necessidade: sincronizar as políticas macroeconômicas dos principais estados e, ao mesmo tempo, pressionar a periferia para uma maior abertura econômica. Tratava-se, na verdade, de promover o que Robert Cox (1996, p. 107-109) denominou *internacionalização do estado*, isto é, a remodelação e criação de um conjunto de instituições internacionais, tais como o FMI, Banco Mundial e a OCDE, destinadas a garantir a estabilidade das finanças internacionais e a modelar o ambiente político-social interno dos estados, viabilizando deste modo a abertura econômica generalizada. Antes da crise de 2008, proteger as finanças mundiais significava, na verdade, *conter* os distúrbios sociais e a disseminação de crises de liquidez derivadas da insolvência de países devedores, geralmente situados na periferia ou semiperiferia do sistema. Agora, com a eclosão de uma crise *no centro* do sistema financeiro mundial, os

¹³ A ampliação das ocupações gerenciais produziu uma identidade de interesses entre os proprietários das empresas e os funcionários de alto escalão. Os novos produtos financeiros estenderam os benefícios da nova ordem aos demais cidadãos com renda suficiente: “As classes altas e médias passaram a deter importantes carteiras de títulos e ações, diretamente, mas, sobretudo, através de cotas em fundos de investimentos, de fundos de pensão e de seguro. O patrimônio típico de uma família de renda média passou a incluir ativos financeiros em proporção crescente, além dos imóveis e bens duráveis, o que altera substantivamente a distribuição de renda entre salários e rendas provenientes de ativos financeiros” (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 126).

termos do problema mudaram. Contudo, antes de examinar este aspecto, é fundamental fazer uma breve análise sobre as transformações nas formas de sociabilidade que marcam o neoliberalismo.

4 A transformação nas formas de sociabilidade

Uma das bases mais sólidas do novo arranjo repousa em uma reconfiguração importante das forças sociais, que se expressa em duas tendências distintas, porém complementares: o adensamento dos laços *transnacionais* entre as classes proprietárias e a retração do espaço público em detrimento da esfera privada. Robert Cox (1996, p. 111, grifos nossos), em outras circunstâncias, já tinha notado a primeira tendência, isto é, a gestação de uma classe dominante com um caráter *progressivamente* transnacional:

até o momento, as classes sociais tinham existido no interior de formações sociais *nacionalmente definidas*, a despeito do apelo retórico da solidariedade internacional dos trabalhadores. Agora, *como consequência da produção internacional*, é cada vez mais pertinente pensar em termos de uma estrutura de classes ao lado ou superposta às estruturas de classe nacionais.

Desde então, a abrangência, a solidariedade e a coesão desta classe aumentou muito. O próprio Gowan (2003, p. 196) enfatiza isto, à sua maneira:

existe uma base para tais ligações sociais nos interesses do investidor entre os grupos sociais fora do centro. O *reductio ad absurdum* de tais interesses tem sido a classe dos predatórios capitalistas-monetários que conseguiu, com grande ajuda do setor financeiro ocidental, tomar o controle do Estado russo. Mas, por todo o mundo, poderosos grupos de investidores podem usufruir grandes benefícios pela capacidade de deslocar fundos do seu país para Nova York ou Londres, e depois se isolar de colapsos sociais e seus desdobramentos em seus próprios países. Esses capitalistas-monetários podem também se beneficiar dos regimes do FMI/Banco Mundial, que estabelecem o domínio dos setores financeiros locais sobre a vida política e econômica.

A sua ampla mobilidade e variedade de investimentos é um trunfo importante em favor desta classe e seus tentáculos. A estas características soma-se um poder de aliciamento gigantesco. Exposta à concorrência externa, toda burguesia nacional tem como ato reflexo a busca da proteção estatal. Mas, com a financeirização acoplada à produção transnacional, este movimento pode ser debelado de forma relativamente simples: primeiro porque, para equilibrar suas contas nacionais, os estados lutam para atrair dólares para dentro de suas fronteiras. Receber um fluxo de I.E.D. – mesmo que ele se concentre em fusões e aquisições (por oposição à criação de novas unidades produtivas) e a possível repatriação dos lucros no futuro – é um meio importante de realizar este objetivo. Em segundo lugar, a reação da burguesia nacional ao investidor estrangeiro é variável, pois a transnacionalização da produção gera nichos que podem ser ocupados por grupos específicos de produtores nacionais e, também, como veremos, é capaz de fomentar um amplo e variado setor de serviços, fortemente dependente da concentração de renda. Logo, ao invés de resistir, estes grupos tendem a lutar ferozmente para associar-se – mesmo que de forma subordinada – aos interesses do capital transnacional e seus agentes.

A segunda tendência, isto é, a expansão da dimensão privada, em detrimento da pública, é perfeitamente compatível com esta forma de transnacionalização. Colateralmente, por conta de seus hábitos de consumo suntuosos, a classe dos proprietários e gestores transnacionais, em associação com os seus funcionários mais graduados, acabaram produzindo outro pilar conservador no interior das sociedades em que penetraram: o amplo e variado setor de serviços luxuosos, que movimenta uma parcela considerável da riqueza mundial. A produção transnacional e a financeirização produziram *uma tendência crescente à diversificação do consumo*, que remodelou as hierarquias sociais e, indiretamente, *redefiniu* o papel de boa parte da classe média, convertendo-a em uma legião de serviços destinados, fundamentalmente, a prover as extravagâncias dos muito ricos. Além da destreza no serviço prestado, seu ativo mais importante é a sua intrincada rede de contatos, o que os coloca na forte dependência dos padrões elevados de consumo dos seus clientes, principalmente por conta da precarização dos direitos sociais inerentes a este tipo de ocupação. Logo, não é de se estranhar, portanto, porque a reação conservadora teve tanto sucesso: a sua base de apoio é significativamente vasta e difusa.

Em outro contexto teórico, e com foco no Brasil, João Manuel Cardoso de Mello (1992) chamou a atenção para estas transformações em curso. Uma das tensões contemporâneas mais salientes do período em que vivemos é a *privatização do espaço público*, que caminha a par com a desvalorização da política e, sobretudo, com uma deformação da noção de modernidade: os integrados – a grande empresa, os pequenos e médios empresários eficientes, a tecnocracia e os setores da classe média incrustados nos circuitos de alta renda – definem-se como modernos, por oposição à crescente chusma de desqualificados (as massas itinerantes e os miseráveis das grandes cidades). Em conjunto, portanto, a tendência geral é a consolidação de um genuíno *fascismo de mercado* (cf. CARDOSO DE MELLO, 1992). É possível, e necessário, extrapolar o horizonte desta análise: este movimento, nítido na periferia já nos anos 90, também se acelerou no centro do capitalismo, gerando um movimento de reforço mútuo, na exata medida em que os interesses da classe proprietária transnacional mesclam-se aos de seus empregados nos seguintes aspectos: i) a concentração de renda mediada pelo consumo conspícuo, que alarga a base de apoio desta forma de sociabilidade; ii) a desregulamentação e desintermediação financeira, que possibilita a dominância da riqueza patrimonial sob o conjunto da economia; iii) um sistema fiscal baseado no deslocamento dos impostos da cúpula para a base da sociedade, ao qual se associa um conjunto de políticas sociais focalizadas (em detrimento das universais), destinadas a conter minimamente os focos de distúrbio social; iv) a contenção da inflação e a *disciplina* fiscal do Estado, fundamentais para a preservação da riqueza patrimonial; v) a *privatização* seletiva: a esfera privada investe nas atividades sob domínio público mais lucrativas e transfere o ônus das atividades menos rentáveis para o Estado.

A existência desta classe, contudo, depende de duas condições interligadas: i) a preservação da *preponderância militar estadunidense*, que representa o pilar fundamental da distribuição vigente do equilíbrio de poder mundial. Esta preponderância é central, pois dissuade os Estados *relevantes* de tentarem alterar significativamente os sistemas regionais de poder em que estão situados. Indiretamente, este cenário bloqueia a promoção de *aventuras nacionalistas* (também rotuladas por *populismo*) que possam reverter a abertura das economias ao comércio e à finança mundial ou, simplesmente, erodir os fundamentos da riqueza patrimonial;

ii) a estrutura monetária e financeira centrada no dólar – isto é, o R.D.W.S. – precisa sobreviver às turbulências mais recentes, um desafio que exigirá um grau elevado de cooperação entre os Estados centrais e seus grupos sociais mais proeminentes (algo que me parece cada vez mais improvável). Até o momento, nenhum Estado – ou grupo de Estados – conseguiu reunir condições sociais internas favoráveis para gerar um movimento de contestação ao status quo. Mas o ponto que quero destacar é outro: a interdependência entre o poder de *seigniorage* do dólar e a preponderância bélica estadunidense é tão grande que a destruição de um polo da relação *no médio prazo* implicaria necessariamente a desarticulação do outro¹⁴. A constituição de um contrapeso *político* aos EUA, nas formas mais clássicas do equilíbrio de poder – um bloco rival, ou até mesmo um conjunto de blocos liderados por potências *revisionistas* – já seria capaz de criar as bases para a contestação de sua moeda como meio de troca internacional e, indiretamente, destruir seus *privilégios exorbitantes*. Mas não é esta dimensão que pretendo explorar. Estas transformações gerais no plano internacional têm gerado tensões nas forças sociais internas às diversas sociedades, *inclusive nos EUA*. Logo, é importante destacar que transformações induzidas pelo acirramento das contradições da sociedade estadunidense podem alterar significativamente a conjuntura mundial.

5 As contradições na sociedade estadunidense

A despeito de seu gosto pelo exótico, Emmanuel Todd (2003) fornece uma chave importante para explicar as dificuldades vividas pelos EUA: na realidade, exatamente por conta das transformações econômicas associadas ao neoliberalismo, os EUA dependem *cada vez mais de um sistema econômico moldado de acordo com a rede de interesses que gravita em torno da sua oligarquia*, isto é, a preservação de um sistema aberto aos

¹⁴E isso decorre principalmente da *redução* do peso relativo da economia dos EUA, que exacerbou o descompasso entre os fundamentos do seu poderio econômico e militar. A capacidade de gerar déficits gigantescos e, através deles, financiar um aparato militar gigantesco depende da centralidade de sua moeda como *reserva de valor* e principal meio de troca. Enquanto foi possível gestar um sistema centrado na expansão do crédito para financiar o consumo, articulado à grande atratividade dos títulos públicos americanos por parte dos países e grandes atores econômicos líquidos (em dólar, naturalmente), o gigantismo militar não era visto como um problema econômico. A situação mudou radicalmente depois de 2008.

fluxos internacionais de capital, com direitos de propriedade firmemente estabelecidos e que, por fim, tenha como base monetária o dólar. Na visão dos mais afoitos, na década de 1990, este sistema foi forjado automaticamente pelas forças irrepresáveis do mercado. Mas, dada a truculência progressiva de Washington, essa visão fantasiosa entrou em crise. O ponto, contudo, é que o malfadado unilateralismo é um sintoma de *fraqueza*, isto é, um sinal de que a coerção política é cada vez mais fundamental para manter as assimetrias econômicas que fundamentam a posição dos EUA¹⁵. A preservação dessa estrutura predatória é *fundamental por conta dos padrões sociais construídos nos EUA durante a transição ao neoliberalismo*. Neste sentido, *embora o potencial de autarquização dos EUA seja imenso* (e isto é um recurso tremendo de poder), uma mudança de trajetória nessa direção, por ser totalmente incompatível com o padrão de sociabilidade consolidado durante a grande expansão dos anos 1990, só ocorreria em casos extremos. Assim, chegamos a uma situação curiosa, pois a autoproclamada *nação indispensável* é que, na realidade, *depende* de uma estrutura comercial e financeira internacional cada vez mais difícil de ser mantida.

É nesse quadro mais amplo que devemos tentar compreender o fracasso do projeto imperial que se insinuava já no Governo Clinton, mas que somente encontrou um terreno fértil após o 11 de Setembro de 2001. A insistência na via militar, mediante ações que ultrapassassem os limites do *micromilitarismo teatral*, teria como resultado mais provável a criação de uma (des)ordem mundial baseada em blocos regionais hostis, fundados na combinação entre militarismo e protecionismo econômico (COX, 1996, p. 114-115). A crise mundial vigente elevou um pouco mais a probabilidade deste cenário, pois, além da indução política

¹⁵ “O debate sobre a ‘globalização’ está em parte desvinculado da realidade, pois com frequência se aceita a representação ortodoxa das trocas comerciais e financeiras simétricas, homogêneas, nas quais nenhum país ocupa lugar particular. Os conceitos abstratos de trabalho, lucro e liberdade de circulação do capital mascaram um elemento fundamental: o papel específico do mais importante dos países na nova organização do mundo econômico. Se a América declinou muito sob o aspecto do poderio econômico relativo, conseguiu por outro lado aumentar maciçamente a sua capacidade de saque na economia mundial: tornou-se objetivamente predadora. Essa situação deveria ser interpretada como sinal de força ou de fraqueza? O certo é que a América terá de lutar política e militarmente para manter uma hegemonia já agora indispensável ao seu padrão de vida” (TODD, 2002, p. 25-26).

derivada do unilateralismo de Washington, as tensões sociais provenientes das dificuldades econômicas podem fortalecer o protecionismo nos países centrais. O fato é que, mesmo antes da crise e das dificuldades militares no Oriente Médio, diversos *police makers*, raciocinando sempre com base no mecanismo do equilíbrio de poder, já vislumbravam um cenário como este. Como já adiantei, pretendo, contudo, discutir aqui outro aspecto do problema, isto é, apontar como a atual estrutura da economia política internacional está *intensificando* um conjunto de contradições na sociedade estadunidense.

Boa parte destas contradições passa pela tensão entre duas orientações opostas: uma das possibilidades envolveria o *aprofundamento* da estrutura de poder contemporânea, ou seja, uma política definida ao sabor das grandes tendências vigentes, isto é, a crescente internacionalização da produção, o reforço da esfera privada em detrimento da pública e a cristalização dos direitos de propriedade de uma oligarquia crescentemente transnacional, amparada na supremacia militar dos EUA. A orientação oposta, por sua vez, envolveria uma progressiva retração do comércio internacional e da dimensão transnacional, na medida em que os Estados *ou blocos regionais*, respondendo às tensões sociais internas, seriam forçados a colocar em primeiro plano a cena política nacional (ou regional), lutando para exportar para o exterior as dificuldades, mediante a clássica política do *beggar thy neighbour*. O fortalecimento dessa tendência depende das perspectivas de recuperação da crise econômica atual. Quanto piores os prognósticos, mais prováveis as soluções *nacionalistas*. Além disto, a crise afetou de forma muito desigual os países, fato que dificulta ainda mais uma ação coordenada para a recuperação. Uma terceira possibilidade, muito discutida, porém ainda muito longe de se concretizar, envolveria um meio termo, isto é, a criação de mecanismos globais de regulação das finanças e da economia internacional, associados à reconstrução do poder de gerenciamento dos estados nacionais, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, ao estilo do sistema de Bretton Woods.

No primeiro caso, de uma perspectiva internacional, alguns ajustes seriam necessários: a manutenção da primazia militar dos EUA e sua capacidade de projeção global de poder teria de ser mantida, mas sem afrontar as demais potências. Em outros termos, isto implicaria

em consolidar, formal ou pragmaticamente, um concerto de grandes potências sob a tutela de Washington, onde os limites políticos impostos às demais potências seriam compensados pela expansão da *zona liberal* e por uma participação nas deliberações internacionais proporcional ao poder de cada potência. Em suma: a estabilização seria garantida pela definição clara da hierarquia de poder interestatal, urdida pela “pressão silenciosa do interesse privado” (POLANYI, 2000, p. 305).

Essas transformações na arena internacional interagem de forma complexa com as forças sociais no interior dos EUA. Os três últimos presidentes americanos tiveram de operar dentro de um equilíbrio precário entre forças que, em uma situação limite, podem entrar em oposição: 1) os grandes interesses plutocráticos que gravitam ao redor das grandes corporações transnacionais e dos investidores corporativos, com tentáculos em Washington; 2) os setores econômicos pouco competitivos, que dependem do protecionismo estatal e de uma diplomacia econômica mais agressiva (a indústria de base, citricultura, alumínio etc.), bem como os sindicatos mais poderosos e sua rede de associados que tendem para uma orientação mais *nacionalista*; 3) os grupos econômicos mais difusos que, exatamente por serem fragmentários, não possuem capacidade de exercer pressão política em bases institucionais, sendo, portanto, menos previsíveis e mais suscetíveis aos apelos apocalípticos. A resultante final da orientação política estadunidense depende, portanto, dos arranjos entre estas forças que, até o momento, de forma progressivamente precária, ainda sustentam o *status quo*. Mas esta acomodação não tem raízes muito profundas. A grande expansão econômica dos anos 90 gerou um efeito curioso: amorteceu as tensões sociais ligadas mais diretamente à economia, mas *ampliou* as divergências ligadas aos costumes e às questões raciais e de gênero. Aparentemente, se atentarmos para o debate público no período, veremos que a América tinha superado o *problema econômico*, fato que deslocou as linhas de cisão para a dimensão cultural e religiosa: a prosperidade era dada como certa. A questão era definir quais eram os valores genuinamente *americanos*, e isso gerava uma tensão que tendia a posições irreduzíveis entre as vertentes seculares (extremamente divididas quanto ao papel dos EUA no mundo) e o amplo arco de vertentes cuja orientação principal é religiosa.

Nesse cenário, era difícil conciliar as diversas posições e o projeto

imperial tendia a sofrer resistência dos setores sociais mais orientados para os problemas internos dos EUA. No entanto, o atentado terrorista ao World Trade Center em 2001 produziu uma transformação radical, ao promover dois movimentos. O primeiro foi a preponderância, dentro dos conservadores, de uma linha diplomática mais agressiva e intervencionista, disposta a *completar* a americanização do mundo: os neoconservadores. O segundo movimento derivou da criação de um ambiente propício à aliança entre os neo e teoconservadores, que encurralou a esquerda e fortaleceu o projeto imperial. Mas essa associação foi muito mais um produto das circunstâncias – um *acidente histórico*, na visão de Michael Mann (2006) – do que um elemento estrutural. O único ponto de convergência que não é meramente conjuntural deriva do peculiar universalismo estadunidense que, simplificando, ramifica-se em uma vertente secular – da qual fazem parte os neocons – e outra mística – na qual os teocons representam a posição mais extrema. Mas o limite desta coalizão conservadora é evidente: o pragmatismo dos neocons é incompatível com a lógica da convicção dos teoconservadores. Contudo, o fracasso do projeto imperial e a crise econômica estão corroendo as forças de coesão na sociedade americana: todas as antigas divisões retornaram *amplificadas*.

À primeira vista, a combinação entre as turbulências no front interno e no ambiente internacional deveriam favorecer mudanças fundamentais. É o que os voluntaristas desejaram ardentemente, na curta e tragicômica fase da *Obamamania*. Mas exatamente por conta do comprometimento da capacidade de liderança internacional de Washington e das dificuldades internas da sociedade estadunidense é que as forças sociais podem pender no sentido do *aprofundamento* da ordem atual. Nesse caso, os mecanismos de mobilidade social tenderiam a ser cada vez mais restritos à esfera privada. Por conta da concorrência e ampla mobilidade dos capitais, os bolsões de riqueza tenderiam a diminuir, ao mesmo tempo em que a competição selvagem para adentrar nas redes de clientela dos muito ricos e poderosos seria intensificada. Assim, a homogeneidade entre os Estados preconizada pelos entusiastas da globalização ocorreria em bases radicalmente diferentes: não o mundo imaginário baseado na generalização do consumo de massa e no equilíbrio dos indicadores sociais, mas a universalização das características dos países periféricos, isto é, a rígida estratificação social

e um espaço público restrito e precário, geralmente associado aos grandes oligarcas. Em resumo, o capitalismo sem esteios, inerentemente desigual e hostil à Razão Substantiva.

É curioso notar que, em pleno auge da ofensiva neoliberal, focando os atributos *internos* da sociedade estadunidense, particularmente a luta no plano da cultura e dos direitos civis, o indiscreto Michael Lindt (1996, p. 14), ao criar a expressão “brasilianização dos EUA”, apontou o sentido básico que a sociedade americana estava tomando:

a ameaça real não é a Balkanização mas a Brazilianização da América, não a fragmentação em linhas raciais mais a cisão em classes. Brazilianização [dos Estados Unidos] é simbolizada pela crescente retração da classe dominante americana branca (...) para o mundo dos bairros privados, escolas privadas, polícia privada, sistema privado de saúde e até mesmo estradas privadas, isolando-se da onda de pobreza generalizada. Como a oligarquia latino americana, os ricos e bem relacionados membros desta classe dominante podem ascender em uma América decadente, marcada por índices terceiro-mundistas de desigualdade e criminalidade.

Essas tendências são agravadas, no entender do polêmico autor, pela fragmentação do espaço político derivada de uma rígida estratificação social, que cristalizou uma elite apta a explorar a posição internacional dos EUA e as clivagens na dimensão dos valores e dos direitos civis para preservar seus próprios interesses e práticas de conduta. O fato é que estas divisões estão se cruzando com as polarizações exacerbadas pelo incremento do desemprego e a deterioração dos mecanismos de proteção social, que estão afastando uma parcela considerável dos cidadãos estadunidenses do *sonho americano*.

6 Conclusão

A ideia básica deste artigo foi oferecer um conjunto sintético de reflexões sobre as tendências e contradições mais significativas que permeiam a atual conjuntura mundial. Vivemos um momento de profunda incerteza. Mesmo se a resultante final apontar para o aprofundamento da ordem atual – isto é, a vitória das forças

fragmentárias aglomeradas em torno do vetor financeiro do capitalismo –, irá provocar transformações significativas nas formas de sociabilidade e na hierarquia de poder internacional. O mesmo pode-se dizer da possibilidade radicalmente oposta a esta, isto é, a constituição de um sistema não-hegemônico, estruturado em torno de blocos geopolíticos hostis, em bases neomercantilistas. As irracionalidades místicas que afloraram com a queda do socialismo real e o recuo do universalismo iluminista provavelmente dificultarão progressivamente uma diplomacia orientada para conter os conflitos militares significativos. E a própria dinâmica de um sistema de equilíbrio de poder fundamentado em armamentos com sistemas eletrônicos sofisticados – convencionais ou nucleares – e alto poder de destruição é incerta. A outra dimensão da incerteza reside nas tentativas de recriar formas de regulação similares ao sistema de Bretton Woods. É na discussão deste aspecto que pretendo finalizar.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que qualquer novo sistema de regulação seria radicalmente diferente de Bretton Woods. O motivo básico é que as circunstâncias que moldaram aquele regime de acumulação não irão mais se repetir. Logo, qualquer reflexão consistente sobre este tema envolve o abandono de uma série de pressupostos. O primeiro deles, derivado, em grande medida, da teoria da estabilidade hegemônica diz respeito à necessidade de uma potência hegemônica para gerenciar a economia mundial e garantir a sua estabilidade. Dentro das condições específicas do capitalismo, este atributo talvez seja fundamental para produzir uma estrutura aberta de comércio mundial, em que o hegemon encarregar-se-ia de produzir os bens coletivos essenciais e, pela sua própria preponderância militar, garantir a *segurança* internacional. Mas criar um sistema de proteção social destinado a conter as tendências anômicas e disruptivas do capitalismo é algo completamente diferente e que, portanto, exige condições especiais.

Em primeiro lugar, a estabilidade de Bretton Woods, em sua conformação inicial, *não esteve ligada diretamente a uma suposta hegemonia benigna dos EUA*. Por mais que o legado do *New Deal* possa ter sido relevante, o elemento fundamental por trás do comportamento internacional dos EUA era o poder e o prestígio da URSS, particularmente na Europa. No calor dos acontecimentos, tanto as classes populares como a população mais erudita europeia sabia que quem

realmente venceu os nazistas foi o Exército Vermelho. Os EUA só exerceram um papel *militar* fundamental na II Guerra Mundial nas fantasias *ex post* hollywoodianas. No campo de batalha europeu, o *arsenal da Democracia* foi um mero coadjuvante. O segundo motivo, contudo, é muito mais relevante. Usar a preponderância militar – ou pelo menos a capacidade de destruição à longa distância – para criar um sistema progressivamente aberto aos interesses plutocráticos dos grandes capitalistas é uma tarefa muito mais simples do que criar uma ordem cujas prioridades sejam genuinamente sociais. Os requisitos de poder e a magnitude dos recursos econômicos necessários para uma única grande potência agir como um regulador e indutor do desenvolvimento econômico-social equilibrado nas condições atuais são tão gigantescos que, como já havia salientado Giovanni Arrighi (1996), esta tarefa só seria possível *em um novo sistema*, isto é, um Império, no sentido literal do termo, fato muito pouco provável, que alteraria completamente os parâmetros da análise e da ação social¹⁶. Logo, qualquer mecanismo de regulação a ser criado teria de partir de um sistema político centrado no multilateralismo (e não simplesmente em formas políticas como o Concerto das Grandes Potências ou similares), onde as instituições políticas de nível mundial teriam de se harmonizar com as instituições regionais e subnacionais.

Ao mesmo tempo, estes arranjos multilaterais teriam de atuar em sincronia com as transformações internas nas diversas estruturas sociais nacionais. Neste caso, não se trata de promover reformas tímidas. Mesmo quando proveniente de críticos alegadamente de esquerda, a esmagadora maioria das demandas por maior regulação do capitalismo tomam a financeirização como o problema fundamental, deixando implícito que, mediante reformas tópicas, é possível transformar a estrutura financeira apta a estabilizar a economia e promover o pleno emprego. Como salientaram recentemente John Bellamy Foster e Fred Magdoff (2009, p. 108-109), a importância central da financeirização no capitalismo contemporâneo *não deve ocultar o fato de que o problema*

¹⁶ A discussão formal sobre as categorias de sistema-mundo, império-mundo e economia-mundo é fundamental para entender o pensamento de Arrighi. Não há espaço para introduzir este tema aqui. Para uma visão sintética da perspectiva geral da escola do sistema-mundo, ver Wallerstein (2007). Discuti este tema em duas ocasiões: Mariutti (2004 e 2009b).

fundamental é o sistema de exploração cuja raiz é a produção capitalista. Logo, sem projetos radicalmente novos de intervenção política que visem a alterar os fundamentos do capitalismo, o aprofundamento das suas tendências básicas irá destroçar mais uma vez os fundamentos da vida social. As transformações geradas durante a ascensão do neoliberalismo – ou, para usar um termo mais cáustico e mais preciso, a contra-revolução liberal-conservadora (CARDOSO DE MELLO, 1997, p. 162) – não foram superficiais. Não é mais possível, sem enfrentar resistências poderosas, regressar a um ambiente social similar ao de Bretton Woods.

THE SEVERAL DIMENSIONS OF THE WORLDWIDE CRISIS: GENERAL TENDENCIES

Abstract: This paper presents a synthetic overview of the broad themes that have shaped the situation that followed the outbreak of the economic downturn, triggered in 2007 and finally consolidated in 2008. The center of the analysis rests on the peculiar characteristics of the preponderance of the U.S., combined with tensions within American society and its effects on the international political economy. So, the article discusses: i) the foundations of military U.S. international power, ii) the symbiosis between U.S. military and financial power, which has intensified since 1970, iii) the impact this had on the U.S. society iv) the contradictions inherent in this model and its implications for international governance.

Keywords: Worldwide crisis. Armed forces. Capitalism. Democracy.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Roger. The great crash, 2008: a geopolitical setback for the West. *Foreign Affairs*, Jan-Feb, 2009.

ANDERSON, Perry. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, v. 48, nov-dec, 2007.

_____. Force and Consent. *New Left Review*, n. 17, p. 5-20, sep./out. 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

AVANT, Deborah. *The market for force: the consequences of privatizing security*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2005.

BACEVICH, Andrew. *The limits of power: the end of american exceptionalism*. Nova York: Henry Holt, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, 1995.

_____. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BIDDLE, Tami D. The shield and sword: U.S. strategic forces and doctrine since 1945. In: BACEVICH, Andrew. *The long war: A new history of U.S. national security policy since World War II*. Nova York: Columbia Univ. Press, 2007.

BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza*. Campinas: Unicamp, 2000.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latinoamericana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. Campinas, *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, v. 6, n. 2 (9), p. 159-164, dez. 1997.

_____. Conseqüências do neoliberalismo. Campinas, *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, v. 1, n. 1 (1), ago. 1992.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração periférica. *Texto para Discussão* Instituto de Economia/UNICAMP, n. 126, 2007.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, v. 1, 1995.

CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COX, Robert. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.

DÚMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Periodizing capitalism. Technology, institutions and relations of production. In: ALBRITTON, Robert et al (Org.). *Phases of capitalist development: booms, crises and globalizations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FORDHAN, Benjamin O. Paying for global power: cost and benefits of postwar U.S. military spending. In: BACEVICH, Andrew J. (Org.). *The long war: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. Nova York: Columbia University Press, 2007.

FOSTER, John. B.; MAGDOFF, Fred. *The great financial crisis*. New York: Monthly Review Press, 2009.

FREEDMAN, Lawrence. The First Two Generations of Nuclear Strategists. In: PARET, Peter (Org.). *Makers of modern strategy*. Princeton: Princeton U. Press, 1986.

GEORGE, Alexander (Org.). *Western state terrorism*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GILPIN, Robert. *Global political economy: understanding the international economic order*. Princeton: Princeton U. Press, 2001.

_____. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB, 2002.

_____. *U.S. Power and the multinational corporation: the political economy of foreign direct investment*. Nova York: Basic Books, 1975

GOWAN, Peter. *A roleta global*. São Paulo: Record, 2003.

_____. Contemporary intra-core relations and world systems theory. *Journal of World System Research*. v. X, n. 2, 2004.

_____. *Crisis in the Heartland: consequences of the new Wall Street system*. *New Left Review*, v. 55, jan-fev, 2009.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. (Org.). *The Future of the Dollar*. Ithaca & Londres, Cornell University Press, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HURREL, Andrew. Regionalism in theoretical perspective. In: FAWCET, L.; HURREL, A. (Ed.). *Regionalism in world politics: regional organization and international order*. Oxford, Oxford University Press, 1995a.

_____. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*, v. 17, n. 1, 1995b.

JOHNSON, Chalmers. *Blowback: the costs and consequences of American Empire*. Nova York: Henry Holt, 2004.

_____. *Dismantling the empire: America's last best hope*. Nova York: Henry Holt, 2010.

KAGAN, R. *Do paraíso e do poder*. Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KRASNER, Stephen (Org.). *International regimes*. Ithaca: Cornell U. Press, 1983.

KOLKO, Gabriel. *The age of war*. The United States confronts the world. Bolder: Lynne Rinner, 2006.

_____. *World in Crisis: the end of american century*. Nova York: Pluto Press, 2009.

LINDT, Michael. *The next american nation: the new nationalism and the fourth american revolution*. Nova York, Free Press, 1996.

MANN, Michael. (2006). *O Império da incoerência: a natureza do poder americano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

MARIUTTI, Eduardo B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 69, 2004.

_____. Fundamentos da hegemonia estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais. In: CARDOSO, J. C. ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: Ipea, 2009a.

_____. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo: Hucitec, 2009b.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. Nova York/Londres, W.W. Norton & Company, 2003.

MEDEIROS, Carlos. A. O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, José Luís. *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MITTELMAN, James H. *The globalization syndrome: transformation and resistance*. Princeton: Princeton U. Press, 2000.

PERCY, Sarah. *Mercenaries: the history of a norm in international relations*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.

POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RUGGIE, John. Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relation. *International Organization*, v. 47, n. 1, p. 139-74, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SHEEHAN, Michael J. *The balance of power: History and Theory*. Nova York: Routledge, 1996.

SPIRO, David. *The hidden hand of american hegemony: petrodollar recycling and international markets*. Ithaca: Cornell U. Press, 1999.

TODD, Emmanuel. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

WILLIAMS, William A. *the tragedy of american diplomacy*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1988.